



**Processo nº** 10980.721002/2012-45  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2301-008.314 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 05 de novembro de 2020  
**Recorrente** ELEMEC IND MEC.MET.MONT.MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2008 a 30/11/2008

MATÉRIAS NÃO ALEGADAS NA IMPUGNAÇÃO. PRECLUSÃO

O Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972, prescreve, em seu art. 14, que a impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento. A impugnação, nos termos do art. 15 deve ser "...formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar...". Ela deverá mencionar, de acordo com o que prescreve o art. 16: i) a autoridade julgadora a quem dirigida; ii) a qualificação do impugnante; iii) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir; as diligências, ou perícias que o impugnante pretende sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito; e v) se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição. Fundamentos não alegados precluem.

**CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA**

Incabível a declaração de existência de cerceamento de defesa eis que garantido ao sujeito passivo o exercício do contraditório e ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sheila Aires Cartaxo Gomes - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Maurício Dalri Timm do Valle - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Joao Mauricio Vital, Wesley Rocha, Cleber Ferreira Nunes Leite, Fernanda Melo Leal, Paulo Cesar Macedo Pessoa,

Leticia Lacerda de Castro, Mauricio Dalri Timm do Valle, Sheila Aires Cartaxo Gomes (Presidente).

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 132-143) em que a recorrente sustenta, em síntese:

- a) Sobre o AI/DEBCAD nº 37.345.257-8:
  - a. As compensações relativas aos meses de 01/2008 e 06/2008 a 11/2008, objeto de autuação, referem-se às parcelas destacadas em notas fiscais, conforme os quadros apresentados [nas fls. 135-137], relativas à vendas de serviços às empresas neles mencionadas, correspondentes à alíquota de 11%, portanto, perfeitamente passíveis de compensações na GPS correspondente ao mês de suas respectivas competências. As compensações foram efetuadas pois a empresa sofreu as retenções nas citadas notas fiscais.
  - b. Não foi concedido à contribuinte o direito de esclarecer as dúvidas do agente fiscal durante o procedimento administrativo.
  - c. Desconhece-se a razão das glosas efetuadas, eis que devidamente entregues as notas fiscais solicitadas pelo agente fiscal.
- b) Sobre o AI/DEBCAD nº 37.345.256-0:
  - a. As contribuições devidas incidentes sobre a Folha de Pagamentos correspondente a 04/2008 foram devidamente informadas na GFIP e recolhidas regularmente.
  - b. A empresa efetuou recolhimento a maior de R\$ 20.067,61, quando precisava recolher R\$ 18.622,47, o que já foi apontado por auditoria e será objeto de repetição de indébito em procedimento próprio.

Ao final, formula pedidos nos seguintes termos (fls. 142 e 143):

“Diante do exposto, requer-se a Vossa Senhoria o presente RECURSO VOLUNTÁRIO receber e, após o devido processamento, julgar totalmente improcedente os autos emitidos e consequentemente declarar a inexigibilidade da dívida neles constantes, ante as argumentações e comprovações expedidas e anexadas a esta peça recursal.

Requer, ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em Direito, em especial a juntada de todos os documentos em anexo, e de novos documentos, prova testemunhal, requisição de documentos em instituições públicas e privadas, elaboração de pareceres, enfim todas as provas necessárias para o desenvolver do contraditório, inclusive a determinação por parte deste Conselho Julgador, de verificação na

contabilidade da empresa, mediante diligências, de tudo o que aqui se argumenta, ante os erros ora apontados”.

Para comprovar suas alegações foram juntados diversos documentos, dentre os quais estão: i) Folhas de pagamentos; ii) GFIP; iii) Guias de recolhimento do FGTS e contribuições devidas à Previdência Social e iv) Relação de retenções efetuadas (fls. 153-299)

A presente questão diz respeito aos Autos de Infração - AI/DEBCAD nº 37.345.256-0 e nº 37.345.257-8 (fls. 3-83) que constituem créditos tributários de Contribuições Previdenciárias não recolhidas e também relativos às glosas de compensações indevidamente efetuadas, em face de Elemecc Ind. Mec. Met. Mont. Manutenção Industrial LTDA. (CNPJ nº 82.454.018/0001-28), referente a fatos geradores ocorridos no período de 01/2008, 04/2008 e 06/2008 a 11/2008. As autuações alcançaram, respectivamente, os montantes de R\$ 8.447,02 (oito mil quatrocentos e quarenta e sete reais e dois centavos) e R\$ . A notificação aconteceu em 23/02/2012 (fl. 03).

Na descrição dos fatos que deram causa ao lançamento, no que tange ao primeiro AI, consta do Relatório Fiscal (fls. 16-20) o seguinte:

“Levantamento FP1 – FOLHA DE PAGAMENTO: teve como fato gerador as remunerações pagas, devidas ou creditadas na competência 04/2008, pelos serviços prestados, aos segurados empregados integrantes de sua Folha de Pagamento, entregue pelo contribuinte em 06/04/2011 em meio digital.

Foram lançados neste levantamento as bases de cálculo não declaradas pelo contribuinte em sua Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) válida, entregue antes do início do procedimento fiscal, identificada pelo código de controle PUINOE5Uo0000-7. Para a apuração da contribuição devida, creditou-se a retenção de contribuição previdenciária na prestação de serviços (11%) sofrida pela empresa nesta competência, no valor de R\$ 10.479,69 e, também, de acordo com sua contabilidade em meio digital, entregue em 06/04/2011. Subtraiu-se, ainda, as Guias da Previdência Social - GPS - recolhidas nos códigos 2119 e 2100, à exceção da GPS com valor total de R\$ 1.153,39, tendo em vista já ter sido apropriada, pelos sistemas de cobrança da RFB, no abatimento das contribuições declaradas pelo contribuinte na GFIP acima citada.

A multa aplicada às contribuições, ora apuradas, é a de 75%, de acordo com o art. 44, inciso I da Lei 9.430/96, respeitado o disposto no art. 106, inciso II, alínea "c", da Lei nº 5.172, de 25/10/1966, Código Tributário Nacional e de acordo com a planilha 01 e o Relatório COMPMULTA – COMPARAÇÃO DE MULTAS em anexo”.

Sobre a segunda autuação, afirma-se:

“Levantamento GL1 – GLOSA COMPENSACAO: refere-se à glosa de valores indevidamente compensados nas competências 01/2008, 06/2008 a 11/2008, informados na GFIP, e de acordo com a planilha 02, pois o contribuinte não atendeu aos Termos de Intimação Fiscal nº 06, 07 e 08, através dos quais foi regularmente intimado a apresentar memorial de cálculo a fim de esclarecer a origem de tais compensações. Ao assim proceder nos impossibilitou a análise dessas compensações levando-nos, por consequência, à sua glosa.

A multa aplicada é a de mora de 20%, de acordo com o art. 61 da Lei 9.430/96, respeitado o disposto no art. 106, inciso II, alínea "c", da Lei nº 5.172, de 25/10/1966, Código Tributário Nacional e de acordo com a planilha 01 e o Relatório COMPMULTA – COMPARAÇÃO DE MULTAS em anexo”.

Menciona-se que a fiscalização analisou os seguintes documentos do contribuinte:  
i) Contrato social e suas alterações; ii) Certidão Simplificada da Junta Comercial; iii) Folhas de Pagamento e Contabilidade em meio digital de 2008 entregues em 06/04/2011 e iv) Notas Fiscais emitidas em 2008. As glosas constam da Planilha 02, localizadas nas fl. 02.

A contribuinte apresentou impugnação em 22/03/2012 (fls. 87-88), alegando que:

- a) A impugnante jamais agiu com ilicitude a fim de ser arbitrada quantia tão onerosa a fim de penalidade.
- b) Não foi dada oportunidade da ampla defesa ao impugnante, vez que este jamais foi notificado para corrigir os erros apurados, contestar o processo administrativo fiscal, muito menos oportunidade de regularizar os mesmos sob orientação da Receita Federal.

Ao final, formulou o seguinte pedido:

“Por todo o exposto, requer seja imediatamente suspenso à exigibilidade de todos os créditos destacados nos avisos em referência e acima qualificados, e seja adequado o processo administrativo para regularidades de espécie e efeito sob pena de demandas aplicáveis ao gênero”.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro/RJ (DRJ), por meio do Acórdão nº 12-65.623, de 16 de meio de 2014 (fls. 120-124), negou provimento à impugnação, mantendo integralmente a exigência fiscal, conforme o entendimento resumido na seguinte ementa:

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/01/2008 a 30/11/2008

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. OBRIGAÇÃO DA EMPRESA.

A empresa é obrigada a recolher as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço, a rigor do art. 30, I, b, da lei 8.212/91.

#### GLOSA DE COMPENSAÇÃO

A compensação, na legislação tributária e previdenciária, é procedimento facultativo pelo qual o sujeito passivo pode se ressarcir de valores recolhidos indevidamente, deduzindo-os das contribuições devidas à Previdência Social, reservando-se ao sujeito ativo o direito de conferir e homologar ou glosar e lançar os valores indevidamente compensados.

Não tendo sido comprovado o direito creditório que deu origem à compensação efetuada deve a mesma ser glosada.

#### CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.

Incabível a declaração de existência de cerceamento de defesa eis que garantido ao sujeito passivo o exercício do contraditório e ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.

#### SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido.

Segundo as fls. 323-324, houve pedido de parcelamento automático em 01/12/2014, listando-se ambas as situações como “incluído – parcelamento a consolidar”. Há,

entretanto, menção às fls. 327-328, mencionando o cancelamento do pedido de parcelamento em 19/08/2016.

É o relatório do essencial.

## Voto

Conselheiro Maurício Dalri Timm do Valle, Relator.

### ***Conhecimento***

A intimação do Acórdão deu-se em 08 de junho de 2014 (fl. 130), e o protocolo do recurso voluntário ocorreu em 26 de junho de 2014 (fl. 132-134). A contagem do prazo deve ser realizada nos termos do art. 5º do Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972. O recurso, portanto, é tempestivo, e dele conheço parcialmente. No entanto, deixo de conhecer das alegações específicas não abrangidas pela impugnação, em decorrência da preclusão. Lembro, aqui, que a única alegação ventilada na impugnação foi o cerceamento de defesa.

### ***Mérito***

Lembro, aqui, que a única alegação ventilada na impugnação foi o cerceamento de defesa. Observe-se o que consta da impugnação de fls. 87-88:

Conforme já explanado nos instrumentos petitórios retro apresentados, o requerente jamais agiu com ilicitude a fim de ser arbitrada quantia tão onerosa a fim de penalidade. Ademais, não se deu a oportunidade da ampla defesa ao impugnante, vez que este jamais foi notificado para corrigir os erros apurados, contestar o processo administrativo fiscal, muito menos oportunidade de regularizar os mesmos sob orientação da Receita Federal. Destarte, resulta medida que se impõe a suspensão da exigibilidade das penalidades em óbice, adequando-se o processo administrativo, sendo que tal regularização pode geral efeito modificativo do crédito/penalidade, em sua liquidez e em sua exigibilidade.

O Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972, prescreve, em seu art. 14, que a impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento. A impugnação, nos termos do art. 15 deve ser “...formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar...”. Ela deverá mencionar, de acordo com o que prescreve o art. 16: i) a autoridade julgadora a quem dirigida; ii) a qualificação do impugnante; iii) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir; as diligências, ou perícias que o impugnante pretende sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito; e v) se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição. Percebe-se, portanto, que, quanto à causa de pedir, que se refere ao *por que se pede*, a lei optou pela *teoria da substanciação*, ou seja, é necessária a indicação do objeto do processo, sendo vedada a negativa geral (XAVIER, Alberto. *Princípios do processo administrativo e judicial tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 163).

**Fundamentos não alegados precluem.**

No que se refere às matérias preclusas nestes autos, cito, aqui, o voto da DRJ (fls. 123-124):

6. Cabe observar que qualquer outra matéria não impugnada tornou-se fato incontrovertido, a rigor do art. 17 do Decreto 70.235/72:

Art. 17. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante. (Redação dada pela Lei nº 9.532, de 1997).

7. A Impugnante restringiu sua impugnação à alegação de cerceamento de defesa, uma vez que não lhe foi dada oportunidade de corrigir os erros apurados, contestar o processo administrativo e regularizá-los sob a orientação da Receita Federal.

8. No que tange à alegação de cerceamento de defesa, o enquadramento legal e a descrição dos fatos evidenciados no Relatório Fiscal possibilitam a compreensão da origem da exigência lançada, bem como, a fiscalização demonstrou claramente como foi apurada a base de cálculo do lançamento, apresentando toda a documentação exigida.

9. Ademais, o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório assegurado pela Constituição de 1988, tem por escopo oferecer aos litigantes, seja em processo judicial ou administrativo, o direito à reação contra atos desfavoráveis, momento esse em que a parte interessada exerce o direito à ampla defesa, cujo conceito abrange o princípio do contraditório. A observância da ampla defesa ocorre quando é dada ou facultada a oportunidade à parte interessada em ser ouvida e a produzir provas, no seu sentido mais amplo, com vista a demonstrar a sua razão no litígio. Dessa forma, quando a Administração, antes de decidir sobre o mérito de uma questão administrativa, dá à parte contrária a oportunidade de impugnar da forma mais ampla que entender, não está infringindo, nem de longe, os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

10. Conforme verifica-se dos autos, a Impugnante foi desde o início do procedimento fiscal orientada a corrigir os erros verificados e intimada a prestar os esclarecimentos necessários. No Termo de Início de Procedimento Fiscal datado de 23.02.2011, fls. 27/28, foi intimada a corrigir as GFIPs em função dos valores a maior constantes das GPS pagas. O mesmo ocorreu nos Termos de Intimação Fiscal nº 02, datado de 23/05/2011, nº 03, datado de 03/06/2011 e nº 04, datado de 24/06/2011.

11. Foi também intimada a apresentar o memorial de cálculo das compensações efetuadas no período de 01/2008 a 12/2008, através dos TIF nº 06, de 17/10/2011, nº 07 recebido em 31/20/2011 e nº 08, datado de 08/11/2011. No entanto, nenhuma informação foi apresentada a respeito da origem das compensações realizadas.

12. Portanto, durante o procedimento fiscal a Impugnante foi intimada a corrigir as GFIPs e a justificar as compensações realizadas. Sendo assim, não justifica a alegação de que não foi dado à empresa a oportunidade de prestar os esclarecimentos necessários a fim de evitar que fosse levantado débito indevido ou que lhe possibilitasse a correção de eventuais erros.

13. Nenhum esclarecimento ou prova foram trazidos aos autos na impugnação, que se mostrou ser meramente protelatória.

14. Diante do exposto, não tendo sido comprovada a origem e a procedência da compensação realizada, justificando, assim, a glosa de compensação efetuada pela fiscalização; nem do motivo para a não inclusão em GFIP de fatos geradores, bem como do não pagamento da contribuição incidente sobre os mesmos, referente à parte da competência 04/2008; considero correto o lançamento efetuado.

Quanto á matéria não preclusa, qual seja, o suposto cerceamento de defesa, tenho que não assiste razão à recorrente. Não houve cerceamento de defesa. A recorrente foi intimada por diversas vezes para manifestar-se nos autos. Ei-las:

i) No Termo de Início de Procedimento Fiscal datado de 23.02.2011, fls. 27/28, foi intimada a corrigir as GFIPs em função dos valores a maior constantes das GPS pagas.

ii) No Termo de Intimação Fiscal nº 02, datado de 23/05/2011, fls. 39/40, foi intimada a corrigir as GFIPs em função dos valores a maior constantes das GPS pagas.

iii) No Termo de Intimação Fiscal nº 03, datado de 03/06/2011, fls. 41/42, foi intimada a corrigir as GFIPs em função dos valores a maior constantes das GPS pagas

iv) No Termo de Intimação Fiscal nº 04, datado de 24/06/2011, fls. 43/44, foi intimada a corrigir as GFIPs em função dos valores a maior constantes das GPS pagas .

v) No Termo de Intimação Fiscal nº 06, datado de 17/10/2011, fls. 52, foi intimada a apresentar o memorial de cálculo das compensações efetuadas no período de 01/2008 a 12/2008, a indicar as contas de sua contabilidade que são base de cálculo de contribuições previdenciárias e a tabela de contabilização de rubricas da folha de pagamento.

vi) No Termo de Intimação Fiscal nº 07, datado de 17/10/2011, fls. 53, foi intimada a apresentar o memorial de cálculo das compensações efetuadas no período de 01/2008 a 12/2008, a indicar as contas de sua contabilidade que são base de cálculo de contribuições previdenciárias e a tabela de contabilização de rubricas da folha de pagamento.

vii) No Termo de Intimação Fiscal nº 08, datado de 08/11/2011, fls. 54, foi intimada a apresentar o memorial de cálculo das compensações efetuadas no período de 01/2008 a 12/2008, a indicar as contas de sua contabilidade que são base de cálculo de contribuições previdenciárias e a tabela de contabilização de rubricas da folha de pagamento

Frise-se que apesar de ser regulamente intimada, a recorrente não prestou qualquer informação a respeito da origem das compensações realizadas.

Além disso, foi-lhe oportunizada a apresentação da impugnação. A recorrente apresentou impugnação, na qual se limitou a realizar uma brevíssima argumentação de cerceamento de defesa. Mas não só. A recorrente também apresentou recurso voluntário. Não há que se falar, portanto, em cerceamento de defesa.

Dianete disso, nego provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Maurício Dalri Timm do Valle

